

HISTÓRIA ECONÓMICA
CONTEMPORÂNEA
PORTUGAL: 1808-2000

Coordenação de
António Costa Pinto
Nuno Gonçalo Monteiro



ÍNDICE

História económica contemporânea – Portugal: 1808-2000	11
<i>António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro</i>	
O colapso do Império e a revolução liberal – 1808-1834	15
<i>Jorge M. Pedreira</i>	
A construção nacional – 1834-1890	69
<i>Jorge M. Pedreira</i>	
Guerra, crises e império: a economia portuguesa entre 1890 e 1930 ..	131
<i>Álvaro Ferreira da Silva</i>	
Olhando para dentro – 1930-1960	187
<i>José Luís Cardoso</i>	
A busca da democracia – 1960-2000	233
<i>Luciano Amaral</i>	
Bibliografia	271
Índice onomástico	299
Os Autores	303

PRÓLOGO

Ao longo das últimas décadas, a economia tem desempenhado um papel fundamental na construção dos novos espaços políticos e sociais a nível local, regional e mundial. Paralelamente, como ciência social que estuda a atividade e o comportamento humanos, a Economia tem mantido um protagonismo crescente no âmbito académico como ferramenta de análise e prospeção.

Os ciclos económicos têm sido umas vezes causa e outras consequência das mudanças nas políticas nacionais, bem como dos avanços e retrocessos sociais que os Estados têm experimentado ao longo da história. A sua análise por parte dos especialistas na história económica é atualmente um fator-chave para compreender a situação da economia atual e prever os cenários que enfrentam os responsáveis por delinear as diretrizes políticas na sua área.

A chegada à Europa Continental da Revolução Industrial gera uma mudança de paradigma nas relações sociais e económicas, a partir da qual o capitalismo e as tensões sociais, a que dará lugar, irão definir um novo padrão em que os Estados europeus irão conviver nos séculos seguintes. É neste momento, que antecedeu o final do Antigo Regime em Portugal, que se inicia o período histórico analisado neste volume. A transformação económica vivida por Portugal ao longo destes duzentos anos de história contemporânea é descrita de forma sintética e didática

pelos cinco especialistas em História Económica que, sob a coordenação dos professores Nuno Gonçalo Monteiro e António Costa Pinto, dão forma a este volume imprescindível para compreender a realidade atual da economia e a sociedade portuguesa.

A fundação MAPFRE quer agradecer aos autores deste volume pelo seu trabalho e à Editora Objectiva pelo seu empenho e dedicação na realização deste projeto conjunto, no qual colaboram as duas instituições.

Fundação MAPFRE

HISTÓRIA ECONÓMICA CONTEMPORÂNEA PORTUGAL: 1808-2000

António Costa Pinto e Nuno Gonçalves Monteiro

A economia esteve recorrentemente no centro das atenções dos decisores políticos portugueses nos últimos duzentos e cinquenta anos. As designações, é certo, foram variando. Mas desde meados do século XVIII que existiu a preocupação de colocar o país a par das «nações mais polidas da Europa», que consideravam que «em Portugal tudo (era) pobreza». De uma ou outra forma, essa noção de desfasamento e a ideia de encontrar meios de o superar atravessam diferentes contextos e soluções, associados quase sempre a uma perceção de escassez material. Mais ainda, essa dimensão acabou por ser parte essencial dos projetos políticos e, até, das mudanças de regime.

Foi a quebra dramática do sistema colonial que precipitou a rutura política com o Antigo Regime e o início da época contemporânea portuguesa. Um dos objetivos das mudanças drásticas introduzidas pelo liberalismo triunfante em 1832-1834 era, a par da liberdade política, do regime parlamentar e de uma nova ordem civil, o de promover o aumento da «riqueza pública». No entanto, conforme se documenta nos dois primeiros capítulos deste livro, da autoria de Jorge Pedreira, apesar transformações na sociedade e do crescimento da economia, «durante a segunda metade do século XIX, cavou-se a distância que separava Portugal das nações mais desenvolvidas da Europa». Entre 1890 e 1930, décadas que conheceram duas mudanças de regime

político, a economia portuguesa, estudada por Álvaro Ferreira da Silva, pouco mudou, continuando «como uma das mais pobres da Europa, rural, com um baixo nível de industrialização e urbanização». De permeio, abrangendo capitais estrangeiros, «a corrida ao investimento colonial mudou a face do incipiente grande negócio em Portugal». A Estado Novo e a «ideologia económica corporativa», estudadas por José Luís Cardoso, procuraram consagrar na etapa inicial do regime um modelo autoritário e regulado de imposição da harmonia e do equilíbrio social, incluindo as relações entre o capital e o trabalho e o estrito protecionismo económico. Foram as circunstâncias externas e o novo cenário internacional gerado pelo fim da Segunda Guerra Mundial que acabaram por constituir um poderoso fator de mudança. A lógica da sobrevivência levou o regime a acomodar «processos de abertura e liberalização das relações comerciais com os seus principais parceiros económicos à escala europeia», que abriram as portas «ao crescimento dourado da economia portuguesa na década de 1960». De facto, como destaca Luciano Amaral, «os anos de 1960 a 2000 correspondem ao período de mais rápido crescimento da economia portuguesa em toda a sua história [...] foi nessa altura que se inverteu, de forma duradoura, a trajetória de divergência relativamente às economias mais desenvolvidas». Nos anos finais da ditadura, até à crise de 1973, e, passados os tempos de rutura e de descolonização, já em democracia, o crescimento foi inicialmente compulsivo e depois mais oscilante, num diverso contexto laboral e da integração europeia, em todas as suas vertentes. O autor do capítulo 5 acrescenta: «a narrativa [...] desde o 25 de Abril aponta para dois grandes temas: as dificuldades de convergência económica e, pelo contrário, a quase completa convergência em termos políticos e institucionais». Algo que, retrospectivamente, se poderia dizer de Portugal e da Europa em 1890.

Entretanto, as dificuldades das primeiras duas décadas do século XX e os tempos de Covid, nos quais escrevemos esta

introdução, alimentam muitas hesitações. Mas não parecem autorizar a dúvida sobre a convergência social portuguesa com a generalidade dos territórios do Velho Continente, ao mesmo que parecem impor outras e mais amplas escalas de comparação. Historiadores da sociedade e da política, os coordenadores da série de volumes da HCP, nos quais as versões iniciais dos textos aqui reunidos se inseriram¹, não podem prescindir dos indicadores económicos para a análise histórica mais global. Mas reconhecem que os territórios do «processo económico», conforme a sua denominação nos volumes originários, possuem as suas metodologias e conceptualizações próprias. A diversidade das problemáticas e das tradições disciplinares não pode impedir que os seus resultados sejam comunicados e apropriados para a discussão e análise de outras questões. Afinal, é esse o objetivo primordial desta coleção, que pretende aliar a legibilidade com o rigor no temático na publicação sobre História Contemporânea Portuguesa. A que os autores deste volume procuram com afincado corresponder.

¹ Capítulos sobre «O processo económico» da *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, 5 vols., Lisboa, Objectiva, 2013/2015, sendo publicados por iniciativa da Fundação MAPFRE. Os capítulos sobre a vida política e a sociedade foram já editados com os títulos *História Política Contemporânea: Portugal 1808-2000*, Lisboa, Objectiva/Fundação MAPFRE, 2019 e *História Social Contemporânea: Portugal 1808-2000*, Lisboa, Objectiva/Fundação MAPFRE, 2020. Os volumes originais foram coordenados por Jorge M. Pedreira e Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Tavares de Almeida, Nuno Severiano Teixeira, José Luís Cardoso e António Costa Pinto.